

Policy Brief

Desenvolvimento e Desindustrialização no Comércio Brasil-China



Agosto de 2011

Núcleo de Desenvolvimento, Comércio, Finanças e Investimentos

BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS

Policy Brief

Desenvolvimento e Desindustrialização no Comércio Brasil-China



Agosto de 2011

Núcleo de Desenvolvimento, Comércio, Finanças e Investimentos

BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS

Desenvolvimento e desindustrialização no comércio Brasil-China

1. Sumário Executivo

Em relatório publicado em abril deste ano, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicava que o preço elevado das *commodities* de um lado, e o baixo preço das manufaturas chinesas de outro, poderiam gerar “mudanças nas estruturas das exportações e importações de diversos países”¹. Diante do cenário atual de perda de participação da produção industrial e em contraposição ao aumento da participação das *commodities* na pauta de exportação do Brasil, o artigo explora as complementaridades do intercâmbio comercial entre Brasil e China e aborda a discussão sobre o papel das exportações da China no debate recente no Brasil acerca do fenômeno da “desindustrialização” brasileira. O trabalho examina os fluxos de comércio entre China e Brasil utilizando como fonte de dados as estatísticas da ONU, a base de dados do Comtrade. Enfoca, ainda, as políticas domésticas que influenciam o

desempenho comercial e discute seu papel para o debate em questão.

2. Os fluxos comerciais entre Brasil e China

Em abril de 2011, as autoridades dos países BRICS reuniram-se em Sanya para a III Cúpula dos BRICS. Nessa ocasião, Brasil e China assinaram acordos em diversas áreas e avaliaram que o estreitamento da relação entre os dois países era um passo necessário e extremamente benéfico para ambos. O comunicado conjunto resultante do encontro² reconhece “a necessidade de intensificar o diálogo sobre as estruturas de comércio e de investimentos e sobre a diversificação do comércio bilateral”. O Brasil reafirmou na ocasião “o compromisso de tratar de forma expedita a questão do reconhecimento da China como economia de mercado nos termos estabelecidos no Plano de Ação Conjunta 2010-2014”³, enquanto a China “manifestou disposição de

incentivar suas empresas a ampliar a importação de produtos de maior valor agregado do Brasil”.

No total, as projeções das exportações e de novos investimentos das empresas que participaram da Missão Comercial do Brasil na China em abril de 2011 superaram US\$ 1,5 bilhão. De acordo com nota do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC) do Brasil, integraram a comitiva empresários, representantes de entidades, *tradings* e comerciais exportadoras dos complexos de agronegócios (café, carnes, sucos, alimentos industrializados, vinhos, entre outros) e moda (indústria têxtil e confecções, calçados, componentes para calçados e joias)⁴, motivados por expectativas otimistas em relação ao estreitamento da relação comercial entre os países.

Os fluxos comerciais entre o Brasil e a China aumentaram consideravelmente nos últimos anos. Em 2001, as exportações brasileiras para o país asiático totalizaram US\$ 1,9 bilhão, e as importações US\$ 1,3 bilhão. Já em 2010, o valor das exportações brasileiras para a China chegou a US\$ 30,8 bilhões, enquanto o valor das importações provenientes da China atingiu US\$ 25,6 bilhões⁵.

Desde 2009, a China tornou-se o principal destino das exportações

brasileiras, ultrapassando os Estados Unidos como maior comprador de produtos brasileiros com posição de grande parceiro comercial do país, inclusive como segundo maior fornecedor das compras externas brasileiras. Em 2010, aproximadamente 14% das importações brasileiras eram oriundas da China e 15%, dos Estados Unidos. Do lado chinês, o Brasil tornou-se, em 2010, o seu 8º maior fornecedor, (representando 2,81% das importações chinesas) e o 15º maior importador de produtos chineses (1,17% das exportações chinesas)⁶.

Em 2010, os principais produtos exportados pelo Brasil foram “minério de ferro” (43,3%), “soja” (23,2%) e “petróleo” (13,2%). Juntos, esses três bens representaram 79,7% do total exportado, o que revela um fluxo de exportação muito concentrado. Outros produtos que completam a lista com valores totais expressivos foram “celulose” (3,7%), “óleo de soja” (2,5%), “aço” (1,8%), açúcar (1,7%), aeronaves (1,2%), couro (1,1%) e tabaco (1,1%). Cabe ressaltar que a China está entre os principais destinos de todos esses produtos exportados⁷.

Por sua vez, as compras externas do Brasil originárias da China são de alto valor agregado: lideram essa lista em 2010 as categorias de “elétricos e equipamento eletrônico”

(31,2%) e “máquinas de processamento de dados, computadores e partes”, etc. (22%). Outros destaques das importações do Brasil provenientes da China são “produtos químicos orgânicos” (5%), “ferro e aço” (4,7%); “aparato óptico, de fotografia, médico, etc.” (3,6%); “veículos” (2,6%); “artigos de ferro e aço” (2,5%); “plástico e artigos” (2%); “tecidos de malha” (1,8%); “artigos de vestuário – não de malha” (1,7%); e “brinquedos” (1,6%). Em relação ao total da pauta de exportações chinesas, o Brasil figura como um dos principais destinos das na categoria de “ferro e aço”⁸.

Os produtos exportados pela China têm valor agregado superior ao valor dos produtos exportados pelo Brasil. Grande parte da pauta de exportação brasileira inclui produtos primários (83% do total em 2010⁹).

O crescimento dessa relação comercial tem gerado reações ambivalentes de autoridades e analistas econômicos brasileiros. Se por um lado, o Brasil tem mantido superávits comerciais em função de sua relação com a China, do peso das suas exportações de commodities para esse país, de outro, paira um ambiente de apreensão no que diz respeito às consequências, no longo prazo, das características dessa relação bilateral. Mais recentemente, o crescimento da

participação da China nas compras brasileiras vem resultando em uma postura proativa do governo brasileiro na defesa de indústrias nacionais, cuja produção e venda para o mercado interno concorre com tais exportações, expressa na preocupação com relação a uma possível “desindustrialização” da economia brasileira. A atuação da China seria, se não a grande responsável, pelo menos o principal fator explicativo desse processo, e a competitividade da produção chinesa estaria desafiando o potencial da indústria brasileira.

A seção seguinte explora o perfil de política comercial e as pautas de exportação dos dois países e, em especial, as mudanças estruturais na pauta de exportação do Brasil nos últimos anos.

3. As políticas e as pautas de exportação

Na China

Desde a década de 70, o comércio exterior da China cresce a níveis mais elevados que o comércio internacional e em um ritmo mais veloz que o crescimento de seu PIB¹⁰. O país tornou-se a maior potência exportadora do mundo, ultrapassando a Alemanha em janeiro de 2010. No tocante às

importações, a China está em segundo lugar no ranking mundial, atrás apenas dos Estados Unidos.

O processo de reforma econômica chinês teve início em 1978, com a política de “portas abertas” implementada por Deng Xiaoping, que visava a encorajar a troca comercial com o exterior e a transferência de tecnologia. Tal reforma consistiu em modernizações na agricultura, indústria, ciência e tecnologia, e defesa¹¹. Incentivou as altas taxas de crescimento econômico verificadas na China, especialmente a partir dos anos 80, que podem ser atribuídas a diversos fatores domésticos (aumento da renda interna, alta taxa de poupança capturada pelo Estado, via bancos estatais que financiam o setor produtivo com taxas de juros preferenciais, controle da inflação, e investimento em capital fixo e humano) e externos (fluxo de IED, elevadas taxas de crescimento das exportações, baixo nível de endividamento externo, aumento no grau de abertura comercial e financeira)¹².

A estratégia que norteou as reformas no país objetivava criar uma economia com maior desenvolvimento tecnológico e, por esse motivo, privilegiou indústrias intensivas em capital, que, apoiadas por incentivos governamentais, responderiam rapidamente às pressões da

globalização e da abertura do mercado chinês ao mundo¹³. O setor industrial chinês se beneficiou da implementação sistemática de políticas setoriais, o que constituiu fator importante para a geração de riqueza nacional e incremento das exportações. Somado a isso, a política cambial chinesa se baseia no controle do valor da sua moeda, mantendo-a desvalorizada em relação ao dólar, uma das razões fundamentais da competitividade de suas exportações. Tais medidas apontam para o ainda predominante papel do Estado em direcionar os fluxos de intercâmbio do país.

O valor total das exportações do país em 2010 chegou à marca de US\$ 1,58 trilhão, enquanto suas importações contabilizaram US\$ 1,39 trilhão. Em comparação com 2009, o valor das exportações aumentou US\$ 388,7 bilhões (38,7%) e o das importações US\$ 376,6 bilhões (31,3%)¹⁴. Cabe ressaltar a importação substancial de produtos manufaturados que são montados ou transformados no país para posterior exportação (51% das exportações em 2007)¹⁵.

A pauta comercial da China está calcada na exportação de bens de alto valor agregado, abarcando essencialmente produtos manufaturados. De acordo com dados da OMC, os produtos manufaturados foram responsáveis por 93,6% das

exportações totais do país em 2009¹⁶. Em 2010, as 10 principais categorias de produtos exportados responderam por 68,2% dos bens vendidos internacionalmente, indicando uma pauta de comércio diversificada.

O petróleo foi responsável por 83,5% das importações de combustíveis, enquanto o minério de ferro (45,8%) e o cobre (7,3%) foram os principais minérios. Dentre os produtos agrícolas importados, destaca-se a soja (1,9%). As 10 primeiras categorias de produtos importados representaram 79,5% do total importado.

Vale notar que o fator importante que favorece a alta competitividade chinesa é o controle estatal sobre a alocação de capital e recursos na economia. O último *Trade Policy Review* da China¹⁷, publicado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em junho de 2010, indicou que as taxas de exportação e os descontos nas taxas de IVA para produtos manufaturados continuavam a ser ajustados periodicamente. Em 2009, políticas industriais foram tomadas de modo a favorecer setores específicos: dentre os 10 setores favorecidos, 9 se enquadravam como manufactureiros e 1 como logístico. O relatório concluiu que o governo chinês ainda se utilizava de medidas como barreiras tarifárias, não tarifárias, restrições às exportações, e

controle estatal da indústria para direcionar a alocação de recursos¹⁸. Tais medidas têm constituído objeto de queixas junto ao Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC: desde 2004, foram 21 disputas contra a China, iniciadas em sua maioria pelos Estados Unidos e pela União Europeia (UE)¹⁹. Cabe destacar que nenhum desses painéis foi levado ao OSC pelo Brasil.

No Brasil

No dia 13 de abril de 1992, o chanceler Francisco Rezek, ao passar o cargo a Celso Lafer, declarou que “[a] liberalização do comércio, a abertura da economia e o programa de privatização apoiaram nosso combate às tendências anacrônicas de protecionismo e discriminação e nossa luta por regras que disciplinem o intercâmbio internacional de bens e serviços. Fortaleceu, também, nosso projeto de integração regional que integra mercados sem discriminar contra terceiros”²⁰.

O discurso liberal do início dos anos 90 confiava na abertura comercial e na transferência de tecnologia que, por sua vez, elevaria a competitividade do sistema produtivo nacional²¹. No entanto, não havia consenso sobre a política comercial que deveria ser praticada: aponta-se para o confronto

entre, pelo menos, dois ideais nesse período. De um lado, economistas considerados mais liberais reivindicavam uma liberalização geral das importações, aceitando apenas vantagens comparativas de custos. De outro lado, havia o ideal de liberalização seletiva e gradual das importações, o que abrangeria uma política industrial ativa que desse o tempo necessário às indústrias nacionais para o processo de aprendizagem e adaptação²².

O presidente Fernando Collor deu início, em 1990, a uma abertura de mercado contra forte resistência da indústria, resistente a se fortalecer contra a competição externa. Apesar da produtividade da indústria ter aumentado em 25% até 1994, devido a uma série de medidas de fomento à produção nacional, constatou-se que o nível tecnológico do processo de produção industrial era, no geral, reduzido – o que gerava gargalos para os resultados de tais esforços pela modernização²³.

Diferentemente da experiência chinesa, a liberalização econômica brasileira – intensificada na década de 90 – ocorreu de modo relativamente rápido e pautado em menor intervenção estatal, priorizando privatizações e a elevação da produtividade por meio de importações. Atualmente, o cenário econômico

global favorece as exportações brasileiras de *commodities*, que vêm mantendo preços razoavelmente altos e se caracterizam por sua demanda inelástica.

O valor total das exportações do Brasil em 2010 foi de US\$ 201,9 bilhões, ao passo que suas importações somaram US\$ 181,6 bilhões. Comparativamente a 2009 (ano que registrou fluxos reduzidos de comércio, em decorrência da crise financeira de 2008), o valor das exportações aumentou US\$ 54 bilhões (42,3%), e o das importações US\$ 131,9 bilhões (32%)²⁴.

Mais recentemente, o peso relativo de bens primários aumentou: em 2009, 37,8% das exportações brasileiras corresponderam a produtos agrícolas; 21,4% a combustíveis e produtos minerais e 38% a manufaturados, segundo dados da OMC. A retração da participação dos produtos manufaturados fica nítida quando comparada aos dados relativos a 2006, em que contabilizaram aproximadamente 50% das exportações do país²⁵.

Em 2010, as principais categorias de produtos exportados pelo Brasil foram “minérios, escombros e cinzas” (15,27%); “combustíveis minerais e derivados” (9,8%); “açúcar e confeitaria” (6,4%); “veículos” (6%); “carnes” (5,9%); e “sementes

oleaginosas, grãos, etc.". O minério de ferro foi responsável por 93,8% das exportações de "minérios, escombros e cinzas", e o petróleo bruto por 82,1% dos "combustíveis minerais e derivados". A categoria "veículos" pode ser dividida fundamentalmente entre automóveis (36,4%) e partes de automóveis (28,2%). No que diz respeito às carnes, o frango (50,1%) e a carne bovina (28,4%) foram as mais vendidas. Finalmente, a soja (98,8%) representou a última categoria citada²⁶.

Por sua vez, as importações brasileiras incluíram principalmente "combustíveis minerais e derivados" (16,5%); "máquinas" – de processamento de dados, computadores e partes, etc. (15,7%); "elétricos e equipamento eletrônico" (12,3%); "veículos"; (9,5%) e "produtos químicos orgânicos" (4,7%). O petróleo foi responsável por 70,8% dos combustíveis importados. Os veículos podem ser divididos essencialmente entre automóveis (49,5%), partes de automóveis (30,3%) e caminhões e veículos para transportes de carga (11,7%)²⁷.

O histórico de liberalização econômica da China e do Brasil indica que diferentes decisões de política econômica associadas a condições estruturais peculiares das economias de cada país favoreceram o florescimento de dois grandes

mercados da atualidade, mas com perfis muito distintos, o que se reflete nas suas pautas de exportação.

4. Protegendo a indústria

A Defesa Comercial

A China ocupa uma posição cada vez mais competitiva facilitada pela forte intervenção do Estado na alocação recursos, com vistas a manter os preços competitivos, investir na produtividade e estimular a exportação de produtos com maior valor agregado. Em resposta às desvantagens competitivas em relação à indústria chinesa, o Brasil tem adotado medidas de defesa comercial contra o país asiático; e hesita em reconhecer o *status* do país de economia de mercado, sob o argumento de que a vantagem competitiva chinesa é, em grande medida, controlada pelo Estado.

Nesse sentido, entre 1995 e 2010, o Departamento de Defesa Comercial (DECOM) – órgão brasileiro subordinado à Secretaria de Comércio Exterior do MDIC e responsável pelo exame e condução de casos de *dumping*, subsídios e salvaguardas – iniciou 53 investigações *antidumping* nas importações chinesas a pedido da indústria doméstica e aplicou 53 medidas contra esse país, o principal

alvo da política, afetado por perto de 30% das medidas aplicadas pelo Brasil ao longo desse período²⁸. Nos últimos anos, o país ocupou o centro das atividades do DECOM: do total das medidas em vigor, a China é alvo em cerca de 40% dos casos.

De acordo com o Protocolo de Acesso da China à OMC (2001), o Brasil pode recorrer à aplicação de medidas de salvaguardas transitórias – que implicam a sobretaxação nas importações de produtos que concorrem com os fabricados no mercado doméstico – contra importações chinesas que estejam desorganizando o mercado interno brasileiro. Apesar das solicitações feitas por setores da indústria brasileira para a utilização desse mecanismo, o governo brasileiro nunca as aplicou. Em maio de 2011, o governo brasileiro rejeitou pedido da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT) para iniciar uma investigação de salvaguarda provisória contra importações de tecidos Denim chineses. Em junho, o governo rejeitou outro pedido, apresentado pela Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) para importações de chaves de fenda. Outros dois pedidos da Abimaq, contra válvula tipo borboleta e caminhão guindaste, continuam em aberto.

Essa conduta pode sugerir que o governo brasileiro tenha optado por uma estratégia de negociação permanente com a China, em contraste com a relação bilateral com os Estados Unidos, pautada nos contenciosos como mecanismos de resolução de disputas em matéria de comércio²⁹. A estratégia lançada em julho de 2008 pelo MDIC pareceria reforçar essa tese: o documento intitulado *Agenda China* foi elaborado com o objetivo de identificar na pauta exportadora brasileira setores e produtos com grande potencial no mercado chinês em curto, médio e longo prazos. Mais do que isso, as ações estratégicas previstas na *Agenda China* buscaram atenuar os desequilíbrios quantitativos e qualitativos nas transações comerciais entre Brasil e China.

É possível que tal estratégia se fundamente no argumento de que a plataforma de exportações brasileira, pautada eminentemente em *commodities* (notadamente, minérios, petróleo e bens agrícolas), não tenha sido significativamente afetada pelas barreiras comerciais implementadas pela China. Ainda, teme-se que uma política de confronto resulte em retaliações comerciais por parte desse país, o que poderia ter um impacto significativo sobre as exportações brasileiras. No entanto, cabe a ressalva de que, embora pontuais para algumas

empresas, os temas de propriedade intelectual e investimentos – que constituem alvos de grande parte das queixas apresentadas contra a China pelos países membros da OMC – são fundamentais para empresas brasileiras que almejem um processo de internacionalização (*global companies*).

Gargalos internos

O Comunicado do IPEA citado anteriormente indica, em relação aos impactos nas estruturas de exportação e importação do Brasil, que o “efeito China” tem gerado:

(i) a especialização regressiva da pauta exportadora – entendida como o aumento da participação relativa dos produtos básicos para a exportação –; (ii) um significativo déficit comercial para o Brasil no caso dos produtos de mais alta intensidade tecnológica; (iii) uma perda na participação das exportações brasileiras de maior intensidade tecnológica em terceiros mercados (Europa, Estados Unidos e América Latina) em virtude da expansão das exportações chinesas³⁰.

Para o embaixador da China Qiu Xiaoqi³¹, o Brasil é beneficiário das relações bilaterais com a China, uma vez que a disponibilidade de manufaturados a preços reduzidos é favorável ao Brasil. Ainda que a

entrada de manufaturados chineses no país possa gerar pressões competitivas sobre setores da indústria nacional, Qiu Xiaoqi defende que a China não pode ser responsabilizada pela falta de competitividade dos manufaturados brasileiros, comprometida pela valorização do real e por uma política industrial que não estimularia a produção.

A política industrial Brasil Maior³², anunciada no dia 3 de agosto pela presidente Dilma Rousseff foi apresentada como constituindo um conjunto de políticas que enfrentariam o problema da competitividade doméstica. Determina a desoneração da folha de pagamento dos setores de confecções, calçados, móveis e *softwares*, que será substituída por alíquotas no faturamento; a redução do prazo de devolução dos créditos do PIS/Pasep/Cofins incidentes sobre máquinas e equipamentos; a prorrogação, até dezembro de 2012, do Programa de Sustentação do Investimento (PSI); e a intensificação do uso da política de defesa comercial, por meio do reforço administrativo. O objetivo do plano é aumentar a competitividade da indústria nacional, a partir do incentivo à inovação tecnológica e à agregação de valor.

Para o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, as

medidas são necessárias, mas talvez insuficientes: para ele, é preciso sanar o problema do câmbio, dos juros altos, e da elevada carga tributária³³. Sobre a questão cambial, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, declarou que “o real forte faz parte de uma realidade que não irá mudar no curto prazo e que o setor industrial precisa se adaptar a esse cenário”³⁴.

Ulrich Kuhn, presidente do Sindicato da Indústria Têxtil de Blumenau e região (Sintex), também parabeniza, com ressalvas, o governo federal pelas medidas. Mas segundo ele, o pacote não vai resolver o problema. Kuhn explica que ao mesmo tempo em que desonera a folha de pagamento, a medida cria uma nova tributação sobre o faturamento bruto, o que gera um custo adicional para o empresário do setor³⁵.

Mansueto Almeida, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, afirma que “o pacote de medidas divulgadas hoje (...) não resolve um problema maior de falta de competitividade que está ligada a uma armadilha criada pelo próprio governo³⁶, como aponta o autor, associada a políticas domésticas que de fato não promovem ganhos de competitividade.

Assim, Almeida avalia as medidas do Plano como ‘tímidas’. Sobre as

medidas de desoneração da folha de salários, destaca o fato de que a desoneração será apenas parcial, já que esses mesmos setores terão que compensar a desoneração da folha de pagamento com uma alíquota de 1,5% sobre o faturamento que, segundo o governo, não irá compensar plenamente a desoneração. Outro ponto fraco seria a prorrogação da redução do IPI, ao invés de uma redução permanente, como a presidência do governo havia se comprometido a fazer³⁷.

As medidas anunciadas envolvem muito pouco de incentivos novos à P&D e inovação³⁸. São medidas insuficientes para solucionar problemas causados por um modelo macroeconômico de crescimento baseado em: (1) baixa poupança doméstica e dependência crescente da poupança externa, o que leva à valorização do Real; (2) juros elevados devido à baixa poupança que aumenta ainda mais a valorização do Real; e (3) baixo investimento público e elevada carga tributária que afeta a competitividade de todos os setores da economia brasileira³⁹.

As avaliações observam que as palavras que mais aparecem na divulgação do plano é “concorrência desleal”, “crise no mercado mundial”, “concorrência predatória”, “guerra cambial”, ao invés de inovação,

produtividade ou incentivos à pesquisa⁴⁰. Assim, a agenda aponta para a maior preocupação com a proteção, em detrimento de inovação.

Ao que tudo indica, os entraves mais ameaçadores à competitividade da indústria brasileira tem origem interna. Os dados também nos mostram que a relação econômica entre China e Brasil pode mesmo tempo implicar um desafio na concorrência com a produção interna, para determinados setores da indústria brasileira, quanto complementar, visto que no rol de produtos importados da China, muitos se inserem como ‘peças’ da cadeia produtiva brasileira. Reforçando a complexidade da relação bilateral, também se deve considerar os efeitos do investimento direto estrangeiro chinês ao aporte de capital e tecnologia nos segmentos de infraestrutura – com destaque para a siderurgia, a cadeia do petróleo e de minério – o que em última instância auxilia na expansão produtiva desses segmentos⁴¹.

5. Considerações finais

Com efeito, atribuir à China o alegado processo de desindustrialização observado no Brasil parece constituir um foco de atenção deslocado, na medida em que a assimetria das relações sino-

brasileiras se deve às escolhas políticas e à estrutura econômica construída ao longo do tempo nos âmbitos domésticos. Enquanto o desenvolvimento guiado pelo Estado favoreceu o florescimento de uma indústria competitiva na China, no Brasil, o produtor de manufaturados encontra, em razão de problemas advindos de entraves para ganhos de produtividade decorrentes de altos custos associados às características da economia doméstica - como a alta carga tributária, alta carga de custos trabalhistas, gargalos de infraestrutura, baixo investimento em inovação, entre outros – uma série de barreiras à sua competitividade no mercado internacional. Foi possível verificar a presença de elementos que apontam que a desvantagem competitiva brasileira está vinculada a fatores estruturais e históricos de sua economia, como herança de altas taxas de inflação, altas taxas de juros e investimento insuficiente em infraestrutura e inovação.

A China precisa do fornecimento dos insumos primários do Brasil, e o Brasil depende da China, pois sua demanda crescente contribui para a manutenção dos altos preços das *commodities* e a garantia do saldo positivo na balança comercial. O câmbio chinês desvalorizado aumenta a competitividade dos produtos

chineses, o que pode prejudicar alguns setores que concorrem com esses produtos no Brasil; no entanto, também pode garantir preços mais baixos para produtos manufaturados que se inserem na cadeia de produção de setores da indústria nacional.

As análises indicam que há pessimismo quanto às mudanças que serão alcançadas por meio das medidas recentes anunciadas. Para solucionar problemas de competitividade com o exterior, as armas precisam estar apontadas para os inimigos internos.

¹ IPEA. As Relações Bilaterais Brasil-China. A Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil. *Comunicados IPEA*, Nº 85, 8 abr. 2011, p. 3.

² MRE. Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China. (12/04/2011). Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-pequim-em-12-de-abril-de-2011>. Acesso em: 15 fev. 2012.

³ Documento assinado em 2009 pelo presidente Hu Jintao e pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China. Disponível em: http://www.brazil.org.cn/plano_de_acao_pt.htm. Acesso em: 15 fev. 2012.

⁴ MDIC. Missão Comercial Projeta Us\$ 1,5 bilhão em Exportações e Novos Investimentos Entre Brasil e China. (12/04/2011). Disponível Em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=10568>. Acesso em: 15 fev. 2012.

⁵ UNComtrade/International Trade Centre. Disponível em: <http://www.trademap.org/stDataAvailability.aspx>. Acesso em 01/08/2011.

⁶ *Idem*

⁷ *Idem*

⁸ *Idem*

⁹ *Observatório Brasil-China*. Participação da China no Comércio exterior brasileiro é o maior

dos últimos 10 anos. Ano 4, No. 1, Mar. 2011, p. 1. Disponível em: www.cni.org.br. Acesso em: 01/08/2011.

¹⁰ GAULIER, Guillaume; LEMOINE, Francoise; UNAL, Denize. *China's Foreign Trade in the Perspective of a More Balanced Economic Growth*. Centre d'Etudes Prospectives et d'Information Internationales, Mar. 2011, p. 9.

¹¹ MORRIS, Jonathan; HASSARD, John; SHEEHAN, Jackie. Privatization, Chinese-style: Economic Reform and the State-owned Enterprises. *Public Administration*, Vol. 80, No. 2, 2002, pp. 359-73, p. 360.

¹² VIEIRA, Flávio Vilela. China: Crescimento Econômico de Longo Prazo. *Revista de Economia Política*, vol. 26, n. 3 (103), julho-setembro 2006, p. 401-424, p. 419.

¹³ CESARI, Sergio M.; MONETA, Carlos (Eds.). *China Y América Latina. Nuevos Enfoques sobre Cooperación y Desarrollo. ¿Una segunda ruta de la seda?* Red de Centros de Estudio de Asia y el Pacífico de América Latina Y el Caribe - Proyecto BID-INTAL, 2005, p. 8.

¹⁴ UNComtrade/International Trade Centre. Disponível em: <http://www.trademap.org/stDataAvailability.aspx>. Acesso em: 01/08/2011.

¹⁵ GAULIER, Guillaume; LEMOINE, Francoise; UNAL, Denize. *China's Foreign Trade in the Perspective of a More Balanced Economic Growth*. Centre d'Etudes Prospectives et d'Information Internationales, Mar. 2011, p. 14.

¹⁶ Ver: http://www.wto.org/english/res_e/statistics_e/statistics_e.htm. Acesso em: 01/08/2011.

¹⁷ WTO. *Trade Policy Review: China* (WT/TPR/S/230), jun. 2010, p. 69.

¹⁸ *Ibid.*, p.24.

¹⁹ Ver: http://www.wto.org/english/res_e/statistics_e/statistics_e.htm. Acesso em: 01/08/2011.

²⁰ CERVO, Amado Luiz. Política de comércio exterior e desenvolvimento: a experiência brasileira. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 40, No. 2, 1997, pp. 5-26, p. 16.

²¹ *Ibid.*, p. 24.

²² LEGE, Klaus-Wilhelm, A abertura da economia e sua influência nas relações exteriores do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 38, No. 2, 1995, p. 59-98, p. 66.

²³ *Idem*

²⁴ UNComtrade/International Trade Centre. Disponível em: <http://www.trademap.org/stDataAvailability.aspx>. Acesso em: 01/08/2011.

²⁵ *Idem*

²⁶ *Idem*

²⁷ *Idem*

²⁸ MARQUES, Claudia. Comércio com a China: análise da prática recente de defesa comercial no Brasil. In: *Pontes Bimestral*, Vol. 5, No. 3, ago. 2009. Disponível em:

<http://ictsd.org/i/news/pontes/53562/>. Ver também: Relatório de Atividades, Decom-MDIC, Brasília, 2010, http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1303755225.pdf. Acesso em: 01/08/2011.

²⁹ LIMA, Maria Lucia de Pádua; ROSENBERG, Bárbara. *O Brasil e o contencioso na OMC. Tomo I*. São Paulo: Saraiva, 2009.

³⁰ IPEA. As Relações Bilaterais Brasil-China. A Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil. *Comunicados IPEA*, Nº 85, 8 abr. 2011, p. 14.

³¹ *BBC Brasil*. Indústria Brasileira precisa ser mais competitiva, diz embaixador chinês. (23/03/2011). Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/03/110322_brasil_china_jc.shtml. Acesso em: 03/08/2011.

³² Ver: <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/>. Para uma descrição e análise dos programas anunciados, ver Cindes, PC em Foco, Edição especial. www.cindesbrasil.org. Acesso em: 30/08/2011.

³³ *Agência CNI*. Presidente da CNI aprova Brasil Maior, mas quer avanços. 02 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.agenciacni.org.br/portal/data/pages/FF8080813153CCA501318BE54C533244.htm>. Acesso em: 03/08/2011.

³⁴ *BBC Brasil*. Para Ministro, indústria brasileira tem de se adaptar a real forte. (03/08/2011). Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/08/110803_pimentel_industria_mm.shtml. Acesso em: 03/08/2011.

³⁵ *Valor Econômico*. Produtor têxtil elogia, mas ainda tem dúvidas. (03/08/2011), p. A4.

³⁶ MANSUETO, Almeida. Avaliação do Plano Brasil Maior, 02 de agosto de 2011, p. 1.

³⁷ *Idem*

³⁸ ALMEIDA, Mansueto. Avaliação do Plano Brasil Maior, 02 de agosto de 2011, p.4

³⁹ *Ibid.*, p. 6.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 5/ALMEIDA, Mansueto; CAVALCANTI, José Carlos. Mitos sobre os Fatores que Limitam o Crescimento do Brasil e o Programa Brasil Maior. 04 de agosto de 2011, p. 7.

⁴¹ IPEA. *As Relações Bilaterais Brasil-China. A Ascensão da China no Sistema Mundial e os Desafios para o Brasil. Comunicados IPEA*, Nº 85, 8 abr. 2011, p. 14.